

PREFÁCIO BRASIL

O TRABALHO COLETIVO DO OBFF: POR UMA SOCIOLOGIA “DESDE ABAJO”

Ana Maria Motta Ribeiro

Entre outubro de 2018 e fevereiro de 2019 estive na *Benemérita Universidad Autónoma de Puebla - BUAP*, como Professora Visitante, junto ao *Entramados Comunitarios y Formas de do Político*, seminário permanente do seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que se constituiu como um grupo de pesquisa e ensino coordenado pelas Professoras Raquel Gutierrez, Mina Navarro e Lucia Linsalata. Vivenciando um vivo intercâmbio cultural, realizei um substantivo diálogo com suas sensíveis formas de reflexão a partir das novas epistemologias descolonizadas e, sobretudo, feministas críticas, por elas descritas como uma teoria crítica do “*paradigma do C.P.C.*” (Colonialismo – Patriarcalismo – Capitalismo).

A experiência mexicana tornou possível amadurecer o balanço do meu próprio caminho de atuação intelectual coletiva produzida no *Observatório Fundiário Fluminense – OBFF*, núcleo vinculado ao Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito¹ da Universidade Federal Fluminense-UFF, coordenado por mim desde 2000, dedicado à formação de pesquisadores em trabalho de campo, assessoria a movimentos sociais rurais e orientação para titulação acadêmica com base empírica e estruturada na Teoria Crítica.

Ao lado de meus orientandos e de outros(as) pesquisadores(as) do PPGSD-UFF, busquei uma conversa mais funda com as pesquisadoras e as pesquisas da BUAP, no sentido de tentar cotejar as diferentes experiências desenvolvidas tanto aqui como lá, para conseguir fazer uma conexão teórico-metodológica, fora do sentido costumeiro da situação enraizada das sociologias praticadas entre nós, e uma articulação do pensamento estratégico que pudesse situar *de fato* o

¹ Já estamos na sexta ou sétima geração de pesquisadores titulados que orientei em cada um desses níveis a partir do OBFF. Todos eles continuam envolvidos com os investimentos conduzidos pelo OBFF e representam, sempre que necessário, a nossa articulação, colocando-se em permanente disponibilidade para trocas, apoios, leituras e comentário de trabalhos acadêmicos, discussão de encaminhamentos de assessoria popular, mantendo a tendência de produzir textos com autoria coletiva para publicação ou discussão em eventos científicos. Temos também uma rede de comunicação onde partilhamos pensamentos, informações, histórias pessoais e abraços.

Brasil dentro da América Latina, coisa em geral pouco considerada. Foi este o sentido de criar um espaço de debate entre os dois núcleos, através das investigações desenvolvidas por nossos orientandos, que podem mostrar mais claramente a nossa reflexão atuante de uma Sociologia *desde abajo*. Ele se materializou de forma sensível com o “*Conversatorio Internacional Brasil-México (UFF-BUAP) - Por una sociología desde abajo: el papel de la metodología de campo en la investigación sobre formas no capitalistas de reproducción de la vida*”, realizado em 06 e 07 de fevereiro de 2019, em Puebla, contando com participação de pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e do México para compartilhar experiências entre o *Entramados Comunitarios y Formas de lo Político*, da BUAP, o OBFF e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.

O Dossiê que com alegria lhes apresento retrata, assim, os preciosos e intensos momentos que lá compartilhamos. Como foi possível vivenciar nos debates ocorridos em nosso *Conversatório*, agora será possível checar a maestria da atuação acadêmico-militante através dos artigos que formam este Dossiê, com destaque para o nível e a sintonia de pesquisa dentro da Teoria Crítica.

Começo lembrando que o *Entramados Comunitarios y Formas de lo Político*, em especial através do potente pensamento de suas coordenadoras, procura focar o olhar sobre o *COMUM* na América Latina, através da pesquisa empírica, mapeando formas não capitalistas de reprodução da vida material e imaterial, sobretudo de comunidades tradicionais, subalternizadas pela dominação hegemônica e que se colocam, via de regra, na condição de mobilizadas em defesa de territórios e das águas que constituem seus espaços de reprodução identitária. Estes mesmos espaços vêm sofrendo verdadeiro esbulho e “despojo” pelo capital em seu movimento cada vez mais agressivo e desesperado de devastação do ambiente natural e de comunidades tradicionais e originárias, cujo modo de vida sempre se constituiu como ativo e protecionista.

As pesquisas que desenvolvem têm revelado em que medida, em seu acontecer, esses grupos se fazem enquanto identidade social e política na territorialidade que geram e, simultaneamente, como modo de preservação ativo da natureza, assim construindo uma forma social, política, simbólica e econômica de reprodução da vida material e imaterial, suficiente e substantiva para além dos interesses privados do lucro.

Sabe-se a contento – como verificado historicamente – que, na transição do feudalismo para o capitalismo, novas formas emergiam ainda sem a posição dominante que iriam assumir após o processo revolucionário, futuras formas burguesas de produção da vida que já aconteciam simultaneamente e estavam em gestação. Então, porque não podemos conceber que formas atuais

de autonomia e de reprodução anticapitalistas da vida não podem estar em processo agora mesmo e ter esse mesmo potencial?

Na sua intensa produção acadêmica, Raquel Gutierrez, Mina Navarro e Lucia Linsalata têm elencado elementos de reflexão extremamente instigantes que merecem toda a nossa consideração. Elas têm encontrado em seus empreendimentos investigativos, realizados pessoalmente ou junto de seus pares/orientandos, diversas manifestações sociológicas que estão em curso, só visíveis em razão das escolhas teórico-metodológicas que promovem, uma vez que se apresentam apenas ao olhar “a contrapelo”. Mesmo que subsumidas pelas relações de dominação patriarcais, colonialistas e racistas, sempre invasivas e reducionistas quanto a seus sentidos, elas ainda assim resistem e encontram sentido, sobretudo quando esses grupos humanos usam outras narrativas e linguagens, vindas de alguma tradição popular antiga ou recente, todas dentro do aqui indicado como o *COMUM*.

Do mesmo modo, essas formas de autonomia também podem sair e se mostrar através dos desdobramentos de processos de conflito quando se revelam desde a construção de suas pautas: em defesa da água, do território e, de pertencimento ao território ainda que recente em novas temporalidades provenientes de processos de ocupação organizada, pelo que eu incluiria, a conquista da “terra de trabalho”² através de lutas como no caso dos sem-terra do Brasil. Aparecem aos olhos e ao conhecimento científico crítico, então, essas novas formas de reprodução material e imaterial da vida que esses segmentos sociais do mundo popular costumam expressar e praticar diuturnamente: saberes e visões de “um outro mundo possível”.

Assim situei o trabalho do *Observatório Fundiário Fluminense - OBFF* a partir dessas provocações que elas me trouxeram. O contraste observado entre essas dimensões e camadas problematizadas quando se constroem “desde cima” ou a partir de processos de acontecimento “desde baixo”, reveladas à contrapelo, ao longo de situações de conflito no meio rural, tem permitido olhares e descobertas empíricas novas, inclusive algumas vezes negadas até entre as produções da academia de esquerda.

Agora, defino com mais segurança em que medida os conflitos rurais, tomados como sujeitos da ação histórica, têm se situado como dimensões contraditórias da expressiva devastação provocada por agentes transnacionais que, em geral, apresentam sua intervenção com suporte dos Estados nacionais e/ou das elites locais na América Latina, através do discurso desenvolvimentista.

Também aprendi com elas – disso me permitindo a liberdade de me apropriar, atravessando seus argumentos com minha bagagem acumulada de observação – que essa

² Trabalho aqui no constructo de “terra de trabalho” está pensado no sentido *LIBERTÁRIO*.

intervenção hegemônica neoliberal tem provocado diferentes graus e formas de reação entre os agentes da classe atingida e fazem aparecer desde a condição subsumida, produzindo, às vezes ao mesmo tempo, tanto acomodação, em suas respostas tensionadas dentro da situação, até a emergência e a explosão de experiências concretas de resistência e enfrentamento, para além do capitalismo como modo de vida.

Mas existe uma recorrência essencial a ser posta em cena: o lugar das mulheres nesses conflitos e nos cotidianos. No cenário resultante dos desastres provocados pelo neoextrativismo capitalista e nas lutas de reação, as mulheres são as que primeiro se levantam e se colocam à frente, se arriscando de modo radical, sempre quando se trata de esbulho da natureza – e certamente por sua condição de útero da humanidade e da *Patcha Mama*. Mas, depois de deflagrado e visibilizado o conflito, elas, em geral, são deslocadas e acabam sucumbindo às ingerências patriarcais de seus próprios companheiros comunais que secundarizam sua ação e seu lugar nessa luta, e emergem claros mecanismos de opressão dentro desse terreno dos subalternizados, que não podem mais ser omitidos ou secundarizados! Ou tratados como uma questão burocratizada de colocação estatística de mulheres em posições na diretoria, onde raramente dirigem de verdade, quando as entidades são mistas.

No final, concordo totalmente com Raquel Gutierrez quando, em uma de suas palestras, afirmou que um mundo pelo feminino vai ser melhor não apenas para mulheres, mas talvez, principalmente, para os homens, que poderão se libertar – desde que queiram – dos grilhões do patriarcalismo que muitas vezes restam internalizados em suas consciências e almas mesmo quando querem afirmar que não concordam com ele.

Na minha opinião, esse trabalho interdisciplinar da Sociologia latino-americana forma uma Escola de pensamento no México, trazendo perguntas e questionamentos importantes principalmente para a produção da Sociologia desenvolvida até hoje pelas nossas esquerdas. Esse grupo tem conseguido avançar em relação a muitas formulações que se tornaram tradição institucionalmente reconhecida, quando guiam seu olhar para mais além das formas de dominação e libertação determinadas pela proletarização efetivadas nos séculos XIX e XX.

Essa postura acomodada tem resultado numa espécie de insensibilidade mecânica, por ainda fornecer na análise estratégica – e em pleno desemprego estrutural do capital financeiro, que promove a ampliação do trabalho abstrato genérico – um lugar exclusivo e privilegiado à classe operária, sobretudo urbana, como chave da direção da rebeldia principal, não assumindo que a classe de contraste emerge sempre quando está em processo de luta tática ou estratégica contra toda

e qualquer forma de opressão. É o que aponta hoje o protagonismo das lutas de mulheres e de indígenas na cena principal contra o fascismo no Brasil, por exemplo.

A direção orgânica da ação de classe, portanto, deve ser buscada e explicada sem preconceitos, dado que a agência de classe pode aparecer a partir de diversos e até inimagináveis lugares de partida e de fala e em permanente movimento fluido e líquido – se querem – intercambiáveis ou inesperados, e até, algumas vezes, tradicionais, reapresentando na cena entidades de mediação que vem sendo desestruturadas pelo sistema, como os sindicatos e associações ou até alguns movimentos sociais organizados, para não mencionar os partidos políticos. Fica a pergunta chave: e se o próprio conceito de classe, embora estratégico nas formas de luta mais diretas, estiver sendo ressignificado, quando se trata de entender essas novas formas de reprodução não capitalísticas da vida?

Mais uma questão apareceu em foco para nosso regozijo e contentamento, provocada por esse grupo de mulheres interessantes e que pretendemos incluir em nossa análise doravante: a necessidade de problematização (e desnaturalização, outra vez) do Estado burguês, datado, que tende a ser assumido como instância imutável e inerente à experiência social, se tomado como um “bloqueio epistêmico” ao pensamento sociológico, porque somente assim se pode chegar a ver e conhecer, de fato, as variadas, inusitadas, reproduzidas ou ressignificadas formas do político que são geradas, muitas vezes com possibilidades reais de se apresentarem como alternativas de organização, regramento da vida ou gestão, fora dos padrões do sistema capitalista.

Foi igualmente surpreendente conhecer essa nova e aberta reflexão que provoca o pensamento, trazendo à cena perguntas mais básicas, contemporâneas e intrínsecas, tais como: em que medida o colonialismo e o patriarcalismo e, em nosso caso o racismo, se constituem como formas inerentes da dominação, que precisam ser desnaturalizadas com ênfase para a percepção da realidade no movimento do capitalismo atual? De novo, será então a partir dessa forma de construção teórica que novos grupos sociais podem conseguir aparecer para poderem ser reconhecidos como ação fundamental dentro da luta maior dos subalternizados. No Brasil, pode-se ver inclusive o fato de que comunidades indígenas têm reagido coletivamente ao esbulho da natureza, saindo de seu lugar dentro das florestas, voltando a “pintar a cara”, para agirem mais uma vez, como o fazem desde o século XVI, como “guerreiros”, e a seu modo.

A novidade é que esse segmento social, do mesmo modo que tem sido afetado pela violência genocida, tem reagido formando alianças com outros grupos de oprimidos em luta. Veja-se a mobilização de mulheres indígenas em Brasília, recentemente, entre os dias 09 e 13 deste agosto de 2019. Terminaram no último dia todas juntas na caminhada da tradicional Marcha das

Margaridas organizada pelo sindicalismo rural há mais de dez anos: mulheres indígenas ao lado das trabalhadoras rurais.

Na verdade, os indígenas, atualmente, têm se colocado com um padrão de visibilidade coletiva e de participação, até de certa forma inédita, entrando em lugares onde antes não apareciam. Como, por exemplo, no Congresso Nacional; definindo e construindo articulações e parcerias entre iguais no exterior, dentro da pauta ambiental do planeta – o que traz alianças com países e personalidades políticas fortes da cena internacional –; politizando (eu diria, *sociologicamente*) ao encontrar apoio externo e garantindo sua centralidade como os “guardiões de florestas” na ação preservacionista global e, ainda, assumido uma atuação que muitas vezes aparece como diretiva, ocupando lugares de direção do processo de contradição da agência social, antes ocupado por outros e diversos segmentos da classe, ocupando a capital Brasília dentro de uma forma movimento atualizada pelo MST, embora com suas marcas simbólicas, trazendo seu vestuário, plumas, tacapes, cocar, bordunas, arcos e flechas, e as pinturas de guerra, naturalmente.

Vale trazer aqui a reflexão provocada por Luiz Henrique Eloy Amado, índio Terena, meu orientando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense-PPGSD-UFF (ao qual ingressou beneficiando-se da elogiável política de cotas do programa). Ele nos relata que, durante sua participação em um evento na Universidade de São Paulo-USP, teve que acentuar enfaticamente o seu “lugar de fala” junto a antropólogos quando lhe questionaram quanto à irregularidade de definição de um grupo étnico como classe. Luiz Eloy sinalizou a todos nós, durante nossas conversas de orientação coletiva, que reconhece essa condição como real desde que a redução (ou significação) de indígenas na condição de classe foi pautada pela ação de violência e genocídio das elites agrárias e pelo avanço do capital neoextrativista em curso, cuja resposta teria aproximado as lutas indígenas atualmente levadas à frente nesses marcos estratégicos.

A violência letal em ascenso contra esses grupos e a ação de esbulho da natureza que atinge seus territórios identitários é que podem estar levando a uma conformação social nova até para eles. O capital proletariza hoje tanto natureza como as comunidades tradicionais. Então é este movimento – deles e, eu acrescentaria, dos quilombolas, ribeirinhos, caiçaras etc... – que os transforma em “Classe”, que os obriga a se verem como atingidos em comum e a ter que reagir de modo inteligente e claro junto a seus iguais desde baixo, promovendo dentro dessa nova condição política uma forma de defesa que envolve cada vez mais alianças e troca de aprendizados de luta contra o capital.

Assim, então, percebemos ligações importantes entre os grupos que estudamos aqui e no México, olhando as escolhas reprodutivas, ainda que minoritárias, também expressas como escolhas enquanto modos de vida razoáveis para a humanidade, contra o capital. Seria possível até especular sobre um desenho significativo da crise da forma capital em si mesma e sua falsa e vulnerável eficácia até mesmo para os próprios capitalistas, que atualmente empreendem seu processo de acumulação em uma rota desesperada, envolvida com a destruição letal do planeta e da própria burguesia terceiro mundista, quando escolhem a ganância engendrada pela produção de alimentos envenenados que ela própria consome sem cuidados.

Enfim, esse seria o caminho do pensamento articulado que emergiu desse Conversatório que trazemos para a UFF – ao PPGSD e ao Departamento de Sociologia – enquanto novas formas de construção teórica e empírica, por uma sociologia *desde abajo*.

Cabe a mim, agora, apresentar, neste Dossiê, a produção dos autores e autoras brasileiros, vinculados ao OBFF e ao PPGSD-UFF.

Entre os objetivos do OBFF destaca-se a formação de pesquisadores da empiria, em nível interdisciplinar, nas diferentes escalas da graduação até a pós-graduação, a partir da Teoria Crítica, mais especificamente, do Materialismo Histórico Dialético, recortado pelo trabalho investigativo dos Historiadores Marxistas Britânicos (*HMB*), entre eles Eric Hobsbawn, E. P. Thompson, Christopher Hill e Raymond Williams, os quais dialogam frequentemente com Walter Benjamin, o mais jovem herdeiro da Escola de Frankfurt. Soma-se a esse legado, uma escolha teórico-metodológica cada vez mais integrada à leitura e re-leitura dos pensadores latinos pelo viés das epistemologias descolonizadoras, abolicionistas e feministas críticas (Aníbal Quijano, Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini, Paulo Freire, Carlos Brandão Leonilde Sérvolo de Medeiros, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Mirian Cardoso Limoeiro³ e outros críticos essenciais de nossa produção latina).

Esse diálogo levou à construção de uma referência epistemológica que permite uma integração de saberes, a partir dos quais o *Entramados Comunitarios y Formas de do Político* da BUAP nos ofereceu ideias fundamentais, como se verá neste Dossiê, no sentido de um mapeamento crítico estratégico de formas de acontecimento do *Comum*.

No Brasil, as experiências populares do que pode ser reconhecido como o *Comum* serão aqui apresentados através dos estudos que foram desenvolvidos por seus autores em teses e dissertações, os quais levamos até Puebla. Serão mostrados e analisados nos artigos situações diversas de resistência e conflitos encaminhados por segmentos subalternizados do campo,

³ De quem destaco, em especial, *O mito do método* (1976), basilar na nossa concepção metodológica.

revelando em que medida o Brasil sente, do mesmo modo que os demais países deste nosso continente, um processo de dores e sacrifícios oriundos de desastres e de formas de extermínio de classe e de mercantilização da natureza.

A cada tese ou dissertação temos acumulado reflexões que partem do foco na ação, na *agência* das classes em disputa, especialmente em situações de conflito no meio rural. Esse olhar tem nos permitido a compreensão da ação imperativa e manipulativa do capital em confronto com estratégias tentadas, inventadas, reinventadas e às vezes descobertas na ambiguidade mesma, pelos subalternizados como agência de contradição histórica, e que tem se acumulado através de investigações de cada candidato à titulação, que se alimentam de debates estimulados entre si neste Núcleo e com os próprios segmentos estudados.

Os textos dos membros do OBFF irão mostrar essa *démarche* desde a eleição dos temas e problemáticas, que envolvem em geral o lugar da Lei e do Direito, e a partir de cada unidade de observação escolhida. Aparecerão expostas lutas grandes e miúdas que se desenvolvem firmando tentativas, alternativas de caminhos, símbolos, narrativas, e as quais precisam ser valoradas e problematizadas em seu potencial e em contraste criticamente construído pela teoria, em contradição com o outro lado, que se reproduz pela equação estruturante do capital com patriarcalismo e colonialismo.

A leitura desses textos poderá talvez ajudar na elucidação dos movimentos atuais do sentido da dominação no país, os quais, apesar da sua condição hegemônica – mantida inclusive dentro dos governos recentes do Partido dos Trabalhadores através de uma política de alianças com o agronegócio, e pela pressão de interesses internacionais das grandes potências no sentido de abrir as riquezas naturais, sobretudo depois da descoberta das reservas petrolíferas do Pré-sal – precisaram convocar e respaldar os interesses estrangeiros antinacionalistas dentro de uma volta ideológica mais conservadora, em um leque que agora se aproxima até mesmo do fascismo.

Para nós é importante estudar tanto os de baixo como os de cima da sociedade, para entender a própria expressão da dominação. Devemos levar em conta que não é primeira vez que essas elites rurais estariam optando por uma posição antinacional ou antiregional, como a bibliografia clássica e histórico-política do Brasil aponta (Oliveira, 2008), o que dá a esses grupos uma certa tranquilidade cínica na posição autocentrada e privada (Duarte, 1966), além de se apresentarem como se fossem naturais “donas do poder no Brasil” (Faoro, 2000).

A perfeita compreensão dos conflitos analisados nos textos do dossiê exige destacar que a novidade no cenário atual, promovido com suporte das elites agrárias, é a chegada aos modos mais severos de fascismo e das fórmulas de dominação impacientes e abusivas relativamente ao “jogo

democrático”, a negação mais radical e inconsequente da decisão conquistada pelos *Whigs x Tories*, que levou ao *Pacto Burguês* e definiu o lugar da Lei e da Justiça no mundo moderno da própria burguesia. Assim se pode entender como hoje estão sendo reproduzidos no Brasil o *law fare* e decisões teatrais na cena do poder de Estado.

Acontecimentos se acumulam nessa condição, como a formação de um golpe de estado, a produção de discursos justificadores e ações políticas arbitrárias sem justificativa em modo de discurso democrático mínimo, ausência quase total de discrição ou respeito de uma aparência de estatuto legal ou legítima, abertura sem critério da riqueza nacional à exploração predatória do capital estrangeiro, construção de argumentações através de mentiras políticas com falsas afirmações. Para, então, chegar-se à desnacionalização e ao rebaixamento da economia nacional e, fatalmente, à destruição de direitos básicos do trabalho e dos trabalhadores em escala monumental.

Esse rumo ao fascismo, ao mesmo tempo que uma imposição, seria também um movimento revelador de algum padrão de vulnerabilidade crescente de nossas elites, (compostas por uma amálgama de oportunidades até intercambiáveis entre os representantes das bancadas *ruralista, ideológico religiosa* – envolvendo evangélicos pentecostais e neopentecostais ou católicos carismáticos – e da *bala*) para uma entrada nesse padrão de selvageria de classe?

Neste Dossiê estamos tentando demonstrar em que medida estudar empiricamente – embora problematizando o objeto de conhecimento dentro do Materialismo Histórico Dialético atualizado pelos HMB, mas definitivamente sem expectativas pré-definidas por doutrinas sobre os subalternizados do campo e seus conflitos – pode representar um real aprendizado dos acontecimentos em curso, em especial relativamente às formas que tem assumido o movimento do “fazer da classe” em luta.

Acredito, de fato, que assim mostraríamos a contribuição do OBFF como intelectual coletivo e a partir de uma reflexão que possa tornar possível olhar as aproximações vivas que estão acontecendo neste momento em nosso continente, tomando-as como fatos concretos a serem costurados para a compreensão da experiência de luta *desde abajo* na Latino América. Dessa forma fazem-se orgânicos em sua condição, seja ela qual for, e quando se reproduzem econômica, social e culturalmente no coletivo em uma imensa diversidade de situações vivenciadas que conectam ancestralidade, noções de pertencimento e saberes de difícil classificação quantitativa, como a descoberta de caminhos de produção à contrapelo que possam ser mapeados por uma nova Sociologia Crítica.

Essa forma de estudo e pesquisa “sem algum julgamento de compreensão prévio”, que amarre as explicações e interpretações, aparecerá em todos os artigos, dando à empiria histórica um

assento importante e reconhecido. Isso nos parece importante por apontar que os limites das concepções tradicionais do próprio marxismo, embora sejam referenciais, portam o risco de chegar a apagar o que se pode encontrar acontecendo, de fato, como a essência e a síntese das determinações não aparentes do real, se não balizadas e questionadas. É o que acontece, em geral, quando algumas fórmulas do que foi enfrentado por Marx e pelos marxismos do século XIX e XX se fossilizam e chegam a ganhar valor pelo simples fato de terem sido descobertos naqueles momentos por pesquisadores clássicos e notáveis. Essa atitude, a meu ver, pode ossificar como “verdade” fórmulas que não sejam permeáveis ao reconhecimento da legitimidade da ação na práxis – ainda quando se apresentam como ambíguas. Com os textos reunidos no Dossiê pretendemos demonstrar em que medida seus autores optaram por uma sensibilidade aberta a toda e qualquer expressão de resistência, antiga e tradicional, formas de ação, algumas vezes impensadas, que emergem quando o enfoque busca outras determinações presentes de opressão em variados níveis, camadas e dimensões.

Também será possível observar como se pode chegar ao reconhecimento de novas formas de resistência na prática da luta de enfrentamento ou na narrativa a contrapelo entre os agentes em contradição sob as mais diferentes linguagens possíveis. Como demonstram os artigos, eles não serão tomados de modo absolutizante a ponto de se chegar a desconsiderar a importância de uma leitura dos fatos pelas determinações mais enraizadas no marxismo, mas levando essas considerações em conta e debatendo com elas permanentemente até se conseguir ou a sua incorporação ou seu abandono, sem qualquer culpa. O destaque está no fato de que insistimos que não se pode prescindir de um diálogo profícuo com intelectuais comprometidos com uma academia militante que praticam o pensamento dialético. Mas debater não pode representar se submeter.

A nossa primeira perspectiva de trabalho nasce e se atualiza, assumindo o olhar sobre o mundo através da própria *Sociologia Crítica* como escolha de conhecimento, porque traz o foco para a ação humana sensível a partir da qual o mundo real deve ser considerado, ao contrário do fetiche que transforma a mercadoria em ponto de partida de todo acontecimento. E esse é o movimento a contrapelo primordial que nos orienta. A segunda é a tomada de posição para ver a experiência humana no mundo “*desde abajo*” ou, a partir da visão da experiência que se constitui na ação que acontece e se movimenta desde baixo até chegar em cima. O que seria uma tentativa de tradução aproximada do que os *HMB* chamam de ação “*from bottom up*”, querendo afirmar que a determinação principal da produção do mundo está na *luta de classes*.

Temos percebido em que medida atuações técnicas de nossos ofícios, ao lado de um conjunto cada vez maior e crescente de ferramentas que vamos descobrindo e socializando no

OBFF, têm permitido chegar a produzir emergências de informação entre nossos “falantes”⁴. E em que medida podem também permitir verdadeiras revelações sobre suas próprias experiências, para eles e para nós pesquisadores.

Constatamos, em cada caso, como precisamos ser criativos na busca de ferramentas de observação e de trabalho empírico interdisciplinar, fato que está mais relacionado à sensibilidade sobre o momento e a uma atitude ética do pesquisador, do que às recomendações de manuais padronizados de pesquisa. Resulta que essa prática requer um acúmulo significativo em relação ao conhecimento das ferramentas tradicionais de pesquisa a ponto de se poder prescindir delas e descobrir outras. Revela-se, assim, a importância de juntar esforços e fazer uma investigação coletiva – justificando, inclusive, o meu esforço pessoal de me fazer presente no campo de observação de cada um dos meus orientandos: para partilhar, balizar e socializar experiência acumulada e poder chegar mais longe e mais fundo.

Realizamos uma variedade de Pesquisas Qualitativas Participativas, sempre realçando a relevância do trabalho de assessoria jurídica popular ou educacional nas Ciências Sociais, que trazem acúmulo de reconhecimento, mas que também necessitam ser desnaturalizados e estranhados para que se possa pensar o mundo dominante a partir das dialéticas.

Entre as ferramentas muito usadas por nós se destacam a cartografia social, oficinas de memória, fotografia como documentação crítica de registro do social (no modelo das oficinas de João Roberto Ripper⁵), organização de processos de mobilização, apoio a assembleias comunitárias, acompanhamentos de processos de judicialização, audiências públicas organizadas “desde baixo” pelos atingidos por desastres ambientais ou pelo cercamento/privatização das águas como território, enfim, de uma sequência de formas de resistência em confronto que permitam ver e compreender a ação das contradições e tensões de interesses em movimento – todas como chaves de observação pertinentes, que terminam por resultar na produção de um trabalho de academia militante dentro dos parâmetros da pesquisa-ação, pesquisa participante ou pesquisa luta, totalmente antipositivistas (o que não exclui, muitas vezes, a necessidade de utilização de métodos quantitativos para oferecer um parâmetro em termos gerais e em escala maior e generalizante). Muitas vezes, ainda, o empírico também se traduz em formas expressão por documentos e então os métodos de investigação da História e de análise de conteúdo e de discurso aparecem como necessários.

⁴ Categoria lacaniana que substitui com vantagem a categoria de *informantes* em nossas inserções nas unidades de observação, como propõe Tereza da Costa, em tese defendida no PPGSD-UFF, sob orientação do Professor Delton Meirelles. A investigação tratou do acesso de psicóticos à Justiça e foi defendida em 17 de junho de 2019, perante banca da qual fiz parte.

⁵ Fotógrafo consagrado de imagens-denúncia e de registro identitário de acontecimentos junto aos movimentos sociais organizados do campo, em sua maioria. Ver em seu sítio: <<https://imagenshumanas.photoshelter.com/>>.

Na verdade, muitas vezes, concluímos que a própria pesquisa de campo pode ser considerada uma ferramenta, dada a condição de imersão na realidade e seu caráter de intervenção que coloca em oposição os diferentes saberes e experiências que constituem os dois lugares de fala, o dos que vivem a experiência e o de quem estuda essa vivência e que para tanto precisa estranhá-la ou, até certo ponto, negá-la.

Do mesmo modo, a Sociologia em si – considerando seu ofício e acúmulo teórico crítico, se crítico – em geral também acaba resultando numa ação que promove tanto a autorreflexão do pesquisador, quanto pode gerar mecanismos de autorreflexão entre os grupos estudados, pelo aporte de novos paradigmas que começam a produzir “explicações”, às vezes inéditas, sobre a realidade de rotina, vivida sem muito questionamento ou acomodada sobre normas de explicação em modo de fetiches.

Essa produção tem procurado colocar em debate pesquisadores da academia e protagonistas das lutas (o pensar e o sentir) para chegar ao resultado do trabalho investigativo. Uma ação de pesquisa onde se necessita demonstrar em que medida o trabalho intelectual é conduzido por pesquisadores titulados e reconhecidos, os quais não podem sucumbir ao populismo demagógico e têm que defender com brio sua arma teórica bem formada, e que precisam, enfim, ser extremamente atentos às regras da pesquisa científica, sobretudo, porque em sua escolha – por entender a realidade a partir da práxis e do concreto – os pesquisadores da academia têm que desenvolver um diálogo “entre iguais”, num modo em que uns tem o domínio da teoria e os outros o domínio – respeitado e reconhecido – da experiência vivida.

Justo por isso, esse diálogo cognitivo aparece tencionado, sobretudo, com os protagonistas da ação de classe sob estudo, uma vez que a pesquisa deve respeitar quem se estuda e em que medida os agentes da experiência tem primazia sobre sua própria história, o que também não exclui a necessidade do pesquisador elaborar e construir seu objeto de modo consistente. Neste sentido, é o embate em si mesmo, o processo que pode construir pelo confronto e pelo debate – *weberianamente* falando – o próprio conhecimento.

Isso tem permitido a geração de resultados investigativos, como se verá nos trabalhos aqui apresentados, que oferecem uma espécie de balanço de formas de opressão e dos desastres provocados como última forma de reprodução do capital e que destacam em que medida a luta de resistência aparece como parte real dessas formas capitalísticas de acontecimento em curso. Então, a decadência formal do capital – ainda que hegemônico – acaba sendo delimitada em sua condição vulnerável temporal quando é possível denunciar sua ação predatória e suas “manobras” ideologicamente justificadoras, como atos e falas disfarçadas de um sucesso cada vez mais

improvável para todos e para si mesmo. Neste sentido, mesmo considerando a dinâmica atual do mundo transnacionalizado, a posição hierárquica da acumulação que separa países ricos e gestores mundiais, dos países de menor posição gerencial da acumulação, é que vale a pena então, voltar à pergunta já feita anteriormente: irão os próprios burgueses manter e sustentar seu lugar como receptores que irão se alimentar do veneno que compram para ampliar quimicamente a produção agrícola, o que os situa em modo de subordinação radical, mesmo considerando que ao se submeterem ao império logístico da reprodução industrial como forma única de geração de lucro pelo monopólio artificial da vida se estabelecem nesse lugar como dependentes crônicos de remédios?

O conjunto de elementos presentes nos textos da parte do Brasil do *Conversatório* deste Dossiê irão permitir traçar uma linha síntese acumulativa de meu trabalho de socióloga e pesquisadora há mais de quarenta anos. Todo o trabalho investigativo, de orientação acadêmica para bacharelado ou licenciatura na graduação, de mestrado ou doutorado, na pós-graduação, ou de formação em trabalho de campo em todos esses estágios, toma hoje o corpo de uma proposta que chamo de *SOCIOLOGIA VIVA* e que resume, seguramente, a minha própria trajetória de socióloga a partir da UFF ao longo de mais de 40 anos.

O que chamo de *SOCIOLOGIA VIVA* pode ser aqui resumido dentro de algumas características essenciais, boa parte delas já enunciadas ao longo da caracterização do trabalho acadêmico militante do OBFF, que segue acontecendo.

Desde essa *SOCIOLOGIA VIVA*, o OBFF deve ser considerado um ente ativo e um intelectual coletivo, uma vez que cada pesquisa, não importa o nível, deve ser partilhada e discutida e, portanto, se configura como essa produção. Uma produção que tem de saída a configuração acadêmica de uma atuação militante em situações de conflito, em locais eleitos para observação, mas também em oportunidades que apareçam e em que ele seja demandado como apoio de assessoria.

As bases da pesquisa investigativa aparecem como desenvolvidas pelo uso consciente dos cinco sentidos na relação entre observador e observado: visão, olfato, audição, paladar e contato direto e sensível.

O trabalho de campo deve ser precedido em geral de um processo de reflexão intenso que leve à construção do Objeto Teórico pela leitura e estudo focado da literatura, buscando uma formação teórica forte, no geral. Isso deve incluir uma revisão, às vezes releituras, de textos clássicos da Teoria Crítica, o que inclui a releitura de textos clássicos da análise marxista consagrada (muitas vezes resgatando-se os esquecidos, outras lançando mão dos muito repetidos,

mas pouco lidos de fato, que merecem nova consideração). Ou de textos marxistas nacionais ou latino-americanos que devem ser datados e repensados em sua potencialidade explicativa. Mas deve-se também incluir a leitura de produções teóricas em outras linhas para permitir uma capacidade de discussão inteligente com autores e ideias fora do nosso *main stream* crítico.

Depois, um acurado e exaustivo estudo em busca de metodologias experimentadas e técnicas de coleta de dados em outras pesquisas dentro do mesmo tema, o que em geral ajuda muito. Finalmente, e atualmente na ordem do dia, uma leitura que permita a formação de um pensamento e uma atitude decolonial, antipatriarcal e abolicionista, o que em geral encaminha novamente à busca de autores latino-americanos, nacionais, regionais e locais na intenção de dar sentido abstrato e empírico dentro desses marcos.

Vale destacar também, e absorver, as ideias que aponta Ginsburg (2006) para superar o fato de que os segmentos populares dispõem de pequenas e raras formas de registro, quando a criatividade deve se impor e todas as linguagens possíveis do plano simbólico devem ser buscadas e planejadas para utilização, tais como cartas pessoais, músicas, lendas, mitos, imagens, desenhos, documentos, notícias desde o movimento social ou da própria mídia oficial (hoje valeria incluir as redes sociais que facilitam inclusive a comunicação entre os de menor instrução, que têm a seu favor as mensagens de voz), novelas e programas de TV e rádio (sobretudo dos chamados programas “populares” e mesmo das mídias religiosas) e até fofocas, enfim. Todo planejamento prévio da pesquisa, no entanto, não exclui a possibilidade da emergência de informação em momentos relacionais nada típicos, como, por exemplo, uma possível descarga motivacional, reveladora, que pode acontecer inesperadamente durante uma audiência pública, por exemplo.

Depois, no plano específico temático, ainda no momento de estudo e preparação, faz sentido procurar ler e estudar dentro de variadas disciplinas com professores, da UFF e de fora dela – pesquisadores notáveis e respeitados na Teoria Crítica e/ou normativa e no tema. Ler e estudar para compreender o lugar e os acontecimentos que serão reconhecidos em um recorte arbitrário e legítimo que o pesquisador terá que fazer para poder chegar a um problema de conhecimento específico: buscando uma reconstrução crítica da história e do processo histórico gerador com os historiadores locais, com a literatura, música ou imagens regionais; diferentes levantamentos, a exemplo de *clipping* de jornais e notícias; procurando localizar e definir os argumentos a favor e contra a situação pela qual desenvolvemos empatia para poder construir formas de estranhamento que permitam sair do círculo da ideologia e da contra-ideologia dominantes.

A chegada no campo deve ser planejada em toda a logística possível e de modo estratégico para que não se comprometa cada contato (transporte, alimentação, estadia, apoio, cartas de

referência, contatos agendados, endereços e datas, articulações e suportes, uso de referências institucionais ou políticas, definição das condições do campo e separação das instâncias), lembrando que o modo como se “entra” no campo determina muita coisa e deve ser em si mesmo problematizado, depois de qualificado na escrita final. E, dentro dele, não se pode prescindir de um *caderno de campo* onde tudo que se coletar e tudo que se sentir deverá ser anotado e registrado, até contatos ou desdobramentos que deverão ser checados e buscados depois.

O campo deve ser concebido em si mesmo como um lugar do previsto e do imprevisto, na mesma medida, e como o momento onde tudo pode acontecer, mudar e até virar de cabeça para baixo as pretensões desenhadas no gabinete. Onde fatos novos podem emergir e revelar novos caminhos a alargar o campo, ou acabar por impor novo retorno à área. Sempre que possível, será bem-vindo o uso de instrumentos de apoio com mapas ou relatos e contatos prévios e incluindo recursos tecnológicos (tipo GPS, por exemplo), considerando que no campo deve-se procurar captar tudo que seja possível, mesmo que pareça maior do que nossa unidade empírica e nosso problema. Depois, no gabinete, poderemos fazer recortes e uma seleção na hora da escrita, mas nunca antes, porque mesmo que não sejam utilizados muitos dos dados levantados, eles podem servir como parâmetros, ou mostrarem coisas e situações que não vimos na observação dentro do campo e que poderão vir a nossa cabeça na hora de analisar, sistematizar, classificar, interpretar e escrever.

Sempre que possível vale à pena discutir com nossos contatos de referência o que fazer com a geração de dados, relativamente à disponibilização dos dados para os movimentos sociais. Sempre irão aparecer formas e modos de demanda de ajuda mais imediatos que valem à pena serem cumpridos para que a proximidade resulte em uma clareza de posições e de assessoria real.

O anonimato dos nossos falantes deve sempre ser ponderado, dado o nível de violência contra os segmentos e comunidades organizados em situações de conflito. Uma certa crítica entre os subalternizados quanto à direção política do movimento deve ser observada e valorada – não se trata de “obedecer” direções políticas, mesmo que com elas concordemos em nosso ambiente de cidadania, mas antes de entender o que está de fato acontecendo, uma vez que é para isso que nossa expertise ganha mérito e é chamada. E mesmo que tenhamos que afirmar algo com o qual discordamos, é preciso saber que não vale ganhar ideologicamente, mas vale apresentar a realidade de fato e passível de ser avaliada por qualquer outro pesquisador de nossa linha ou fora dela, afirmando a relevância do pensamento científico que, se honestamente exposto, poderá ser verificado e ao final dará crédito ao que descobrimos.

Esse sentido universal do conhecimento científico, contrariamente à produção baseada e reduzida ao particular e privado do senso comum é o que diferencia nosso trabalho, muito mais

ainda quando ele se pretende crítico. Torna-se aqui uma questão de honra revelar nossos métodos e técnicas e permitir nosso julgamento por nossos pares.

Dentro do campo, ao longo do contato mais aproximado, físico e afetivo, destaco duas estratégias. A *primeira*, já mencionada diz respeito a importância do uso dos cinco sentidos, os quais devem gerir e nos dominar desde a abertura, da preparação planejada e devidamente negociada com os agentes locais, incluindo contatos estratégicos com os representantes relacionados, sejam os de cima – elites e aparelhos de Estado e Sistema Judicial em suas nuances – sejam os de baixo, nas diferentes escalas da agência social. Deve-se considerar possibilidades reais de divergências entre agentes da luta e questões sutis, como de gênero, raça e faixa etária.

A *segunda*, é a primeira chave da ética da pesquisa neste contexto, determinada pela importância do respeito e reconhecimento qualificado a ser oferecido pelos pesquisadores ao chamado “lugar de fala” de cada agente social investigado e de cada falante ouvido e registrado. E o *afeto*, consequente e comprometido, vai aparecer então como necessário e parte do empreendimento de conhecer o mundo do outro pela ciência a que nos propomos, e por isso não poderá ser visto como uma escolha eventual quando se pretende entrar de modo tão radical e sem cerimônia na vida de grupos sociais, em sua história, em seus sentimentos, suas dores e derrotas e, enfim, em sua energia para não desistir de lutar.

A ética do retorno – a *devolutiva* da pesquisa – é o principal ato de fé que se pode oferecer para equilíbrio de posições, e deve ser assumido desde o primeiro momento do contato, considerando que nosso objeto de pesquisa é, ao mesmo tempo, sujeito que merece consideração, e o reconhecimento político e científico nessa equação do conhecer. Portanto, para que esse segmento social não se torne um “laboratório de ervilhas e ratos” dos quais o cientista se sente dono, torna-se essencial a devolução ao grupo estudado dos resultados da pesquisa e das indagações formuladas durante a investigação, sabendo que muitas vezes esse retorno pode acabar como mais uma ferramenta de observação, trazendo mais e novas questões, e assim por diante...

Esse rumo tem me permitido, no plano do afeto, vivências emotivas profundas para além da razão, onde me deparo com imagens de uma crença enorme que são depositadas em cada um de nós e na intimidade que nos oferecem com total generosidade, mesmo quando consigo enxergar como são duras as vidas que são compartilhadas conosco, e como é covarde a violência que enfrentam.

Mesmo após as vivências ao longo das pesquisas, somos muitas vezes procurados, quando precisam de nós ou mesmo quando não somos realmente necessários (como quando simplesmente lembram da nossa data de aniversário). Procuram-nos para relatar fatos novos (revelando que de

algum modo conseguimos inculcar neles uma preocupação com os dados), pelo simples fato de que “confiam em nós” e por isso retornar essa confiança acaba se traduzindo num acordo tácito dentro de uma honra entre comuns que nos põem dentro deste círculo, onde conhecer se acumula com também confiar e respeitar.

Mais uma chave deve ser apontada: merece chamar atenção nesse roteiro (que jamais poderia ser esgotado dada a condição de singularidade de cada encontro entre pesquisador e seu objeto humano de estudo) que as conjunturas e acontecimentos gerais da região, do país ou do mundo podem atingir de tal modo a empiria que a possibilidade de mudança de foco e de recorte torna-se mais do que possível. E ainda: deve-se manter em mente, a todo momento que, no final se pretende ter transformado tanto o lugar de estudo (em termos do encaminhamento do conflito em si mesmo, o que nunca tem data de validade final, garantindo a importância do compromisso do pesquisador com seu objeto) quanto se espera que a experiência da pesquisa em si tenha transformado a cabeça do pesquisador, a ponto de se chegar a uma condição razoável de construção de um novo desenho de raciocínio ao qual se poderá nominar como o produto acadêmico militante ou a tese a ser defendida.

Por último, a compreensão precisa ser estimulada pela ideia de que *tudo é ao mesmo tempo o seu contrário*. Diria que este é o *mantra* focal da sensibilidade cognitiva da pesquisa da *SOCIOLOGIA VIVA*, que admite que muitas vezes alguma coisa que aparece como boa deve ser percebida também (buscando-se situações típicas) como terrível, e vice versa, dependendo do momento ou lugar de referência⁶. Esta é forma de mirada crítica central para a produção do olhar desconfiado do observador, que quer de fato conhecer e da melhor maneira possível, mesmo que tenha que enfrentar divergências no próprio campo (que deve buscar resolver o máximo possível por lá). Neste sentido, a ambiguidade deve ser tomada como uma possibilidade inerente à realidade sempre quando se pretende atuar na leitura do mundo social como movimento vivo, em construção, nunca pronto e repetitivo.

A *SOCIOLOGIA VIVA*, no final, é aquilo que resultou de muitas e variadas idas a campo ao lado de meus orientandos e suas questões, com as quais consegui crescer minha visão, levando

⁶ Isso poderá ser observado em alguns dos textos e eu destacaria, no texto de Hugo Belarmino, o significado da luta levada pela esquerda a favor da retificação do rio São Francisco, num momento, contra a transposição e, logo depois, ressignificada quando no universo político “as águas chegaram ao Nordeste e à Paraíba”, em 2015, pelas mãos da administração política do PT, em pleno processo de desgaste encaminhado pela direita. Então começa a ser cada vez mais improvável “voltar à bandeira da defesa da saúde do rio” neste contexto em que as águas chegaram de fato e com elas “o fim da seca, pelas mãos de Lula” que aparece em um comício. É, assim, reforçado um *novo discurso do mesmo*, mas desta vez dentro de um acordo que passa a fazer parte da bandeira do PT e de entidades de trabalhadores, disputando um lugar político no cenário nacional com um tema mais do solidificado nas consciências populares através de longa força discursiva das elites por manipulação (*indústria da seca*) mas ainda assim pretendendo e conseguindo reaparecer como novidade “popular”.

comigo perguntas que não elaborei mas em que acreditei, num exercício conjunto de investigação levado em todas as suas consequências e motivações.

Esse acúmulo se produz depois de muitas leituras discutidas, audiência a seminários de várias vozes e debates, assim como das muitas e variadas inversões e imersões de pesquisa de campo realizadas no Brasil junto a diferentes comunidades tradicionais ou recentes, contatos e assessorias ao lado de lideranças orgânicas em momentos de tensão real e em diferentes regiões do país.

Experimentando essa *SOCIOLOGIA VIVA*, continuamos acumulando e construindo essa experiência como um acervo de conhecimento de povos comuns cujo registro é negado, apagado ou deformado pelas elites proprietárias dos meios de comunicação e documentação na América Latina. É essa produção em movimento constante que, na verdade, o que mais me encanta em meu trabalho.

Assim expostas as bases que unem os autores e autoras dos textos que apresento, dirijo-me então a cada um deles mais especificamente.

Começarei pelo texto **Naiara Coelho**, mestranda do PPGSD-UFF que apresenta o tema de gênero com excelência e cujo enfoque justifica sua aproximação com nosso projeto, não obstante não esteja sob minha orientação acadêmica (sendo orientada em seu processo de pesquisa pela Profa. Maria Alice Costa). Trabalhando o tema da representação política institucional, ela busca demonstrar por meio de dados empíricos a atuação parlamentar no Estado do Rio de Janeiro de mulheres empossadas que constroem estratégias possíveis de atuação pró-direitos das mulheres, em um contexto de alta presença de forças repressivas de milícia e de alto grau de feminicídios, usando com grande propriedade a teoria crítica feminista.

A seguir temos o texto de **Flávia Almeida Pita**, doutoranda do PPGSD-UFF sob orientação da Profa. Carla Appollinário de Castro e minha co-orientação. A investigação que desenvolve, no entanto, é também fruto de seu trajeto, desde 2010, junto à Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (Estado da Bahia), onde também é professora do Curso de Direito (onde participou da concretização de uma turma de Direito integrada por beneficiários e beneficiárias da reforma agrária⁷). Trata-se de uma experiência mais do que interessante de pesquisa participante em diálogo com dois grupos de mulheres que

⁷ Destaco esta significativa experiência, no âmbito do curso de Direito da UEFS, da Turma Especial para beneficiários da Reforma Agrária, através de um convênio firmado com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. A *Turma Elizabeth Teixeira* – que assim homenageia a trabalhadora rural e integrante das Ligas Camponesas na Paraíba, símbolo da luta pela reforma agrária no Brasil – formou, em 2018, advogados e advogadas comprometidos com as lutas camponesas no Brasil. Foi a terceira experiência deste tipo no Brasil voltada para o ensino do Direito, (a primeira deu-se na Universidade Federal de Goiás), representando uma vitória significativa considerando o caráter elitista desta área de conhecimento.

investem e constituem uma ação conjunta, onde todas e todos, incluindo os professores envolvidos no Projeto, ainda aprendem diariamente, na rotina complexa da ação coletiva, como conviver e como estabelecer regramentos de sociabilidade na experiência praticada em duas cantinas de alimentação que atendem a Universidade. A Autora faz da experiência oportunidade para pensar a possibilidade de um *direito do comum*, a partir da construção coletiva das regras produzidas pelas trabalhadoras em sua convivência. Emergem peculiaridades e histórias dos grupos, um deles originário de uma comunidade quilombola, e do processo do fazer acontecer novas possibilidades de atuação autogestionária do trabalho coletivo, contribuindo-se para a ampliação do sentido do trabalho solidário e popular em contradição com a exploração opressiva do capital, que despersonaliza o exercício de horizontes de sentido de fazer-se uma vida entre iguais.

Maria José Andrade de Souza, doutora pelo PPGSD-UFF (onde foi orientada pelo Prof. Valter Lucio de Oliveira e co-orientada por mim), membro da assessoria jurídica popular da AATR e também professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (e também da Turma Elizabeth Teixeira). Ela traz um trabalho, de grande valor teórico e político, ao reconstituir e problematizar a memória da primeira atuação brasileira de advocacia popular em nível associado (a Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais do Estado da Bahia – AATR), e que gerou uma atuação profissional cuja reprodução traduz o lugar da atuação acadêmico-militante do Direito como instrumento de emancipação social e, simultaneamente, as histórias de conflitos violentos para acesso à terra de segmentos subalternizados em um país e em uma região em particular com uma estrutura fundiária fortemente concentrada. Destaque-se que essa pesquisa produziu um balanço inestimável – um balanço em movimento, sem fecho definitivo – das correntes teóricas críticas do Direito, abrigadas pelas experiências provenientes da prática desenvolvida pela advocacia popular no país e, com ela, a ação das classes trabalhadoras na produção do *justo*.

Thais Maria Lutterback Saporetti Azevedo, doutora pelo PPGSD-UFF sob orientação do Prof. Wilson Madeira Filho e minha co-orientação, apresenta um texto a partir de sua tese de doutorado, que recebeu Menção Honrosa do Prêmio Capes de Tese 2018. A Autora apresenta uma análise do Primeiro Júri Popular Indígena, acontecido no Estado de Roraima, com uma discussão instigante sobre a produção de um conceito que acolhe a diversidade no Direito – o de “*jusdiversidade*” –, para pensar a ideia de justiça em suas manifestações plurais e que questiona, portanto, o Direito Positivo e, finalmente, apresenta uma noção de Direito definido segundo uma concepção comunal.

Ela defende a construção cognitiva do regramento social também para além da abordagem formalista quando demonstra empiricamente a existência de outras formas de Direito em curso, que atualizam os sentidos da vida para os indígenas, os quais passaram a avaliar e a ponderar desde baixo, a diferente e até certo ponto desarticulada e pouco educada atuação do Direito dos “brancos”. Interessante saber que um segundo julgamento do mesmo caso, com efetivo protagonismo indígena, chegou a um resultado diferente. Thais Lutterback assumiu ativamente no Júri, a convite, o papel de advogada de defesa, exercendo plenamente a condição de observação participante, tendo recebido do grupo indígena em razão de sua atuação como advogada de defesa, a denominação de *caucuxi*, ou seja, a onça.

O texto de **Vanessa Ferreira Lopes**, minha orientanda no mestrado PPGSD-UFF, trata do processo de criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, reforçado pela Lei n. 12.850/13, proposta durante o governo petista de Lula (2012) e promulgada no governo de Dilma Rousseff (2013). Uma Lei que, paradoxalmente, serviu de opressão ao movimento social mais articulado ao partido no poder – e que acabou ironicamente por ser útil, mais tarde, ao Golpe de Estado contra a própria Presidenta e o PT.

Definindo o enquadramento como “formação de quadrilha”, essa Lei transformou em criminosos, legitimando seu encarceramento a partir de ações penais, lideranças do MST que articulavam desde sempre processos de ocupação de terra para trabalhadores, numa tentativa de democratização de um estrutura fundiária excessivamente concentrada no Brasil, um país onde as elites agrárias nunca permitiram a realização de uma reforma agrária sequer nos moldes conservadores. A pesquisa de Vanessa juntou dados e tenta trazer elementos para uma análise dos significados dessa criminalização de trabalhadores organizados, para formar uma melhor compreensão do processo político brasileiro desde dentro do foco central da reprodução do poder através do agronegócio e formas de *lawfare*.

Doutorando do PPGSD-UFF e professor da Universidade Federal da Paraíba, **Hugo Belarmino**, também meu orientando atual, oferece no seu texto uma abordagem instigante para ser aproveitada por outros pesquisadores, quando faz uma leitura original da água como *território*, a partir da experiência das comunidades paraibanas atingidas pela obra hídrica Canal Acauã-Araçagi, lida através da categoria do *cercamento das águas*. Na sua investigação também se tem um belo exemplo da Sociologia Viva exercitada pelo OBFF, na medida em que apresenta o seu trabalho de campo, desenvolvido na forma do que chamou de “novo caminho das águas”, quando experimentou o percurso que partiu Barragem de Acauã até o canteiro de obras do Canal Acauã-Araçagi,

vivenciando, junto aos atingidos e atingidas, os reflexos da obra, dentro de um contexto de “produção de escassez” hídrica no Nordeste brasileiro.

Neste campo, em que estive presente, sobressaiu para mim e de modo expressivo para essa argumentação um fato que merece destaque. Quando um falante da pesquisa que foi atingido pela Barragem do Acauã – atualmente um pouco afastado das atividades do Movimento –, em determinado momento sentou no chão com um carvão e começou a desenhar o que ele chamou do mapa do caminho das águas, onde ele procurou demonstrar aos pesquisadores “para onde estão seguindo as águas controladas pelo canal”, em direção ao agronegócio e a terras sem escassez de água. Pode-se dizer, neste sentido, que o objeto de estudo se autoreflete e constrói então para os pesquisadores uma das hipóteses mais vigorosas da pesquisa.

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa, cientista social e doutor pelo PPGSD-UFF, atualmente professor da Universidade Federal do Paraná, apresenta um artigo a partir da tese que defendeu recentemente, sob minha orientação, onde aponta elementos novos e instigantes sobre as formas de definição de modelos de planejamento e reordenamento territorial. No texto o Autor ilumina as experiências e modelos produzidos por uma comunidade de agricultura familiar, sempre negadas pelo Estado que lhes impõe, sem dar ouvidos às suas próprias vivências, soluções inadequadas e absolutamente fora de qualquer possibilidade de aceitação. Esse grupo tenta se estabelecer como assentado há cerca de 22 anos, processo que tem sido acompanhado pela UFF, através do OBFF, seja em razão de nosso objetivo de pesquisa, seja por demanda direta da própria comunidade.

Este acompanhamento de larga duração, através do qual vários trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos, acabou sendo perseguido como forma de aprendizado. Iniciamos em 2000 como um agente convidado pelo Governo/Estado, chamado a oferecer uma assessoria no sentido de equilibrar um conflito entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Questão Agrária, que se contrapunham quanto ao direito de permanência de beneficiários da reforma agrária em uma área próxima de uma Unidade de Conservação Integral (i.e., que não admite presença humana dentro de um conceito ultrapassado, mas ainda existente) e que tomava como ícone o Mico Leão Dourado, animal da fauna brasileira em extinção. Um Laudo Multidisciplinar foi realizado por nós envolvendo laboratórios e núcleos de pesquisa em parceria com o OBFF, articulando ofícios diversos de Engenharia Agrícola, Biologia, Geografia, Direito e Sociologia. Chegamos a um acordo entre as partes pela assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o qual nunca foi cumprido pelo Estado como deveria. Dezesesseis anos depois, a comunidade, acossada por decisões estranhas do governo, volta a procurar os professores da UFF, mas dessa vez nos solicitando apoio

direto, quando então passamos a nos posicionar como assessores diretos da Comunidade em lugar de consultores do Estado e assim mudamos nossa posição dentro da realidade e nosso olhar sobre os fatos em curso.

O texto de **Emmanuel Oguri Freitas** – hoje doutor pelo PPGSD-UFF e professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana – apresenta a melhor versão metodológica do fazer pesquisa do OBFF, qualificando nossa rotina e uma experiência de investigação dentro da prática da produção de um momento determinado – a *devolutiva*. Na sua pesquisa de doutoramento, sob minha orientação, procurou estruturar o pensamento a partir de W. Benjamin, entendendo a luta de classes como a narrativa do sujeito no movimento da história e voltando sua empiria para o problema do trabalho escravo, a partir de um caso emblemático do Estado do Pará.

Emmanuel mostra em que medida o momento da devolutiva é não apenas essencial em termos de retorno como também produtor de um grande potencial de levantamento de novas questões, uma vez que os falantes da pesquisa se sentem também na posição de explicadores e concluintes das indagações levantadas. Isso sem mencionar a emotividade que apareceu na forma de compreensão por parte dos moradores no momento atualizado desse encontro quando a maior parte dos acontecimentos estudados já havia acontecido e sido superada. Nessa hora o protagonismo dos falantes demonstrou - em que pese muitas das demandas terem sido perdidas ou negadas pelo Estado ou pelo sistema de Justiça - um sentido e uma sensação de vitória e conquista entre eles que mesmo nós não conseguíamos ainda enxergar. Isso nos colocou dentro de condições reais e bem vindas de humildade acima da prepotência acadêmica que em geral tende a ser superdimensionada.

Fecha a produção brasileira o texto de **Eduardo Araújo e Givânia Maria da Silva**, que resulta do relatório *Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil*, produzido conjuntamente pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a Terra de Direitos, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia e Coletivo Joãozinho do Mangal – Assessoria Jurídica Popular. Ele tem lugar neste Dossiê não apenas porque o lançamento do Relatório integrou a programação do “*Conversatorio Internacional Brasil-México (UFF-BUAP)*”, mas pela importância do trabalho para as lutas *desde abajo* no Brasil, somando-se ao viés de denúncia a sua contribuição para compreensão das formas de (re)existências através das mobilizações políticas e jurídicas por direitos.

Isto posto, agora aqui saúdo os leitores dessa empreitada, agradeço a atenção e destaque que tudo que aqui está dito tem valor na medida em que é produto de diálogo, debate e de uma inteligência, na minha opinião de melhor e maior qualidade, porque partilha e quer partilhar saberes num universo solidário.

A SOCIOLOGIA VIVA então é isso. Uma forma de conhecer e de reconhecer e, desta forma, partilhar um mundo que vemos e não gostamos, para transformá-lo em um outro possível e melhor, mais solidário e justo.

Boca do Mato, Cachoeiras de Macacu, RJ, Brasil, 21 de agosto de 2019.

REFERÊNCIAS:

CARDOSO, Miriam Limoeiro. 1976. **O mito do método**. Boletim Carioca de Geografia, Rio de Janeiro, ano 25, p. 61-100.

DUARTE, Nestor. 1966. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional – Contribuição à Sociologia Política Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FAORO, Raymundo. 2000. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 v. São Paulo: Publifolha.

GINZBURG, Carlo. 2006. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, Francisco de. 2008. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo.